

-----**ATA NÚMERO 45/2013**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM ONZE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E
TREZE.**-----

-----Aos onze dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Dra. Maria Filipa Trindade Jardim Fernandes, e os Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Dr. Gil da Silva Canha, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Enf. José Edgar Marques da Silva, Eng. João José Nascimento Rodrigues e Idalina Perestrelo Luis. A secretariar esteve presente o Dr. Rui Emanuel Sousa Abreu, diretor do Departamento Administrativo.-----

---Presente ainda o Senhor Énio Dionísio Vieira Martins, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigo 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Vereador Dr. Artur Alberto Fernandes de Andrade, da CDU.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada

a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:-----

----- - **Parecer prévio favorável à celebração de contrato de prestação de serviços para auditoria às contas do Município nos exercícios 2010-2013:** - A Senhora Vice-Presidente, Filipa Jardim Fernandes, apresentou o processo em referência,

informando que se trata de uma pequena auditoria a efetuar em janeiro, de âmbito restrito, em determinadas matérias.-----

--- - Colocado à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, dar parecer prévio favorável à celebração do contrato por ajuste direto de aquisição de serviços de auditoria às contas do Município, nos exercícios dois mil e dez-dois mil e treze, com a UHY & Associados, SROC, Lda., no valor estimado de € 6.000,00 (seis mil euros) aprovando a abertura do procedimento bem como as peças processuais.-----

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS: - A Câmara aprovou, por unanimidade, a seguinte proposta de deliberação submetida pela Senhora Vice-

Presidente:-----

---“Considerando, por um lado, o disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo

orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. Considerando que o art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art.º 14º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano. Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica

à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal: 1. Para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes: a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. 2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. 3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do nº 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. 4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe”.-----

---A deliberação que antecede foi, ao abrigo do disposto no número 3 do artigo 57º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, e do número 3 do artigo 21º do presente Regimento, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

INTERVENÇÕES DA VEREAÇÃO: - Usando da palavra, o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, questionou se já estão contabilizados os estragos na orla marítima, devido à agitação forte que se verificou no mar durante a noite.-----

----- - A Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, respondeu que ainda não foi efetuado o levantamento dos prejuízos que, como é óbvio, serão mais graves na Zona da Praia de São Tiago e Barreirinha.-----

----- - O Senhor Presidente, a este propósito, informou ter reunido no início da tarde do dia anterior com diversos serviços, tendo sido colocado um dispositivo de prevenção devido ao temporal que estava anunciado para durante a noite. “Felizmente não houve nada de grave a assinalar, apenas pequenas ocorrências”.-----

----- - O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, pronunciou-se sobre esta questão dizendo que a cidade resistiu muito bem ao mau tempo, apesar de a precipitação ter sido menor que a previsão.-----

----- - O Senhor Presidente disse que a chuva foi intensa no Pico do Areeiro mas que no Funchal a precipitação não foi tão elevada como previsto. Apenas a agitação marítima e o vento forte causaram alguns problemas.-----

----- - Seguidamente o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, levantou a questão da polémica à volta da possível contratação do Senhor Arquiteto Vilhena, que é do conhecimento público, não abonando em favor da Câmara, disse que apesar do Senhor Presidente ter desmentido, o próprio Arquiteto confirmou-o em entrevista.-----

----- - Respondendo a esta questão, o Senhor Presidente, disse: “Volto a frisar que a Câmara não tem qualquer contrato com o Senhor Arquiteto Vilhena. Queremos a colaboração de técnicos conceituados, mas não a efetivação dum vínculo formal, sendo que podemos continuar a contar com o seu contributo”.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2014:--

-----Para apreciação e votação, foram presentes os documentos de gestão municipal supra designados.-----

--- - **Orçamento:** - O Senhor Presidente procedeu à apresentação da proposta de Orçamento em apreço, pronunciando-se da seguinte forma: “Este Orçamento, no valor de oitenta e quatro milhões de euros, foi elaborado com o cuidado e rigor necessários ao equilíbrio financeiro do Município. Comparativamente ao do ano transato são menos dez milhões, essencialmente devido às verbas do PAEL e dum menor volume de fundos comunitários, uma vez que estamos em fase de transição de quadros comunitários.-----

---É um Orçamento de transição, condicionado pela herança dos executivos anteriores.-----

---Há também novos compromissos para dois mil e catorze, que não constavam do Orçamento de dois mil e treze, como sejam: o pagamento do empréstimo PAEL; os novos compromissos ao IGA, EEM, Valor Ambiente, além da Caixa Geral de Aposentações cujo aumento representa 700 mil euros.-----

---Nos investimentos - 13 milhões de euros - parte, cerca de 8 milhões, são já compromissos que vêm do Executivo anterior. As verbas do Orçamento de Estado decresceram, mais uma vez. Apesar disso, queremos realçar: - 1 milhão de euros para o apoio aos medicamentos e Fundo de Emergência Municipal; 750 mil euros para bairros municipais; Loja do Município, cujas alterações serão ao nível da agilidade na resposta aos munícipes”.-----

----- - De seguida a Senhora Vice-Presidente, Filipa Jardim Fernandes, fez o resumo explicativo do Orçamento:-----

---“A previsão das receitas e despesas totaliza o valor de € 84.250.000,00 (oitenta e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil euros), destacando-se a prevalência dos fluxos correntes sobre os de capital. As receitas repartem-se por receitas correntes - €72.637.597 (setenta e dois milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quinhentos e noventa e sete euros) e por receitas de capital - €11.612.403 (onze milhões, seiscentos e doze mil, quatrocentos e três euros). As despesas repartem-se por despesas correntes - €58.520.900 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e vinte mil e

novecientos euros), e por despesas de capital €25.729.100 (vinte e cinco milhões, setecentos e vinte e nove mil e cem euros)”.-----

---Continuando a Senhora Vice-Presidente salientou aspetos constantes no respetivo documento:-----

“Receitas – nos Impostos Diretos e Indiretos, não podemos ultrapassar a média dos últimos vinte e quatro meses, prevendo nos impostos diretos uma receita de 23,2M€, representando 31,9% das receitas correntes.-----

Transferências Correntes – nas Transferências o montante ascende a 13,8 M€, contribuindo com 19% das receitas correntes. Destaca-se as transferências do orçamento de Estado para 2014, que ascendem a 13,6M€, representando 98,9% das transferências correntes.-----

Venda de Bens e Serviços Correntes – em relação à Venda de Bens e Serviços Correntes, a previsão é de 28,3 M€, representando 38,9% do total das receitas. Aqui há um aumento, porque é necessário pensar o Orçamento numa lógica de caixa, de cabimento orçamental/Lei dos Compromissos e não numa lógica patrimonial.-----

---Fizemos um acordo para pagar à EEM em cinco anos, na sequência do acordo já existente com o IGA e a Valor Ambiente.----

---Assim, isto dá-nos uma responsabilidade anual de 3,6 milhões, mais 2,7 milhões do PAEL e os 700 mil da Caixa Geral de Aposentações. Também esperamos que as entidades públicas que nos devem paguem, como por exemplo a SESARAM, etc. Claro que

vamos fazer um esforço em termos de cobrança de receitas próprias da Câmara.-----

Transferências de Capital – as Transferências somam um total de 5,5M€, o que representa uma diminuição de mais de metade do valor do ano 2013 (7,3M€). A diminuição decorre essencialmente de fundos comunitários, que é consequência do fim deste quadro, e só no segundo semestre de 2014, podemos candidatar projetos.----

Passivos Financeiros – estima-se que os Passivos ascendam a 5 M€, distribuídos entre empréstimos de curto e médio e longo prazo. Comparando com o ano anterior, verifica-se um decréscimo de 8,5M€ decorrente do PAEL.-----

---Quanto à Receita, é um facto que temos de trabalhar para atingir os objetivos, e vamos fazê-lo exatamente nesse sentido.-----

Despesas Correntes – estima-se que ascendam a 58,5M€ as Despesas Correntes para 2014, registando-se um decréscimo de 0,4 M€ (-07%) face a 2013, resultando da redução de 2,4 M€ na Aquisição de Bens e Serviços e de 0,4M€ nos subsídios, pelo aumento de 1,5M€ das Despesas com o Pessoal e de 0,6M€ das Transferências Correntes.-----

Despesas com o Pessoal – nas Despesas com o Pessoal, o aumento tem a ver com o subsídio de férias e também com o da Caixa Geral de Aposentações, imposto pelo Estado. Há ainda um esforço na redução das horas extraordinárias, de mais de cem mil euros.-----

Despesas Correntes – Aquisição de Bens e Serviços – a variação de menos 9%, parte é devida ao PAEL.-----

Poupanças – Combustíveis – renegociamos com a GALP e maior controlo nos carros de serviço com a instalação de GPS.-----

-Água – nos últimos dois anos o IGA aumentou 4,7 cêntimos ao metro cúbico e prepara-se para aumentar novamente. Vamos encetar conversações com o IGA porque a Câmara não tem aumentado o valor da venda da água, nos últimos dois anos.-----

-Valor Ambiente – pensamos reduzir cerca de 800 mil euros.-----

-Segurança e Vigilância – prevemos não ultrapassar os 200 mil euros porque achamos que tínhamos segurança a mais na hora de expediente. Vamos conseguir reduzir na ordem dos 200 mil euros.-

-Seguros – não será possível talvez poupar muito mais do que atualmente já é feito.-----

Transferências Correntes – Irá ser mantido o valor às Juntas de Freguesia que o Orçamento de Estado transfere. Cortamos nas outras transferências, para fazer face ao apoio às famílias na aquisição de medicamentos ou no Fundo de Emergência Social. O corte nas Juntas de Freguesia de 17% foi conseguido nas limpezas urbanas, passando a haver uma colaboração mais estreita nesta área com a Câmara Municipal”.-----

----- - **Plano Plurianual de Investimentos**: - O Senhor Presidente usou da palavra destacando que este é um documento importante, “alicerce daquilo que queremos fazer para a cidade”. É um documento de rigor, de transição, também devido à herança deixada de câmaras anteriores.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do

PSD, fez a seguinte intervenção: “A nossa apreciação política é de que, em primeiro lugar, decorrendo da lei que o Orçamento tem de ser nesta altura aprovado, não houve com certeza um tempo alargado para a sua elaboração. Houve alguma falta de informação que nos levantou algumas dificuldades na sua análise.-----

---O argumento da “herança que encontramos” acontece com todas as Câmaras, seja lá o partido que ganhe. E o Funchal comparado a outras autarquias até está bem nesse aspeto, pois foi considerado um município em boa situação financeira e por isso integrou o PAEL, sem ter de agravar as suas taxas, ao contrário da grande maioria das câmaras do país.-----

---Quanto à estratégica política deste Orçamento, quero realçar que há diminuição de verbas para as Juntas de Freguesia destinadas à limpeza e isso trará consequências ao nível ambiental, com a centralização em vez da descentralização de competências que sempre defendemos.-----

---Sobre a diminuição das transferências para as instituições sem fins lucrativos, saliento que esta rede social funcionará cada vez mais e melhor em parceria com privados e não centralizando na Câmara essas áreas. Há uma lógica inversa ao passado de colocar a Câmara agora no centro de tudo.-----

---O grande objetivo das instituições deve ser o combate ao desemprego. Pelo que se verifica a grande prioridade vai para políticas assistencialistas. “Permitam-me a metáfora, mas mais do que o peixe o que devemos dar é a cana de pesca”. Mas também

devo congratular-me com algumas coisas, nomeadamente a execução dos taludes e a segurança das pessoas. É pena que exista um recuo em políticas de mobilidade, de energia, que eram um marco forte da Câmara do Funchal.-----

---Por isso, o nosso voto é de abstenção, deixando uma discussão política mais profunda para a Assembleia Municipal”.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, começou por afirmar que o Orçamento tem aspetos positivos e negativos.-----

---Como positivo, destacou a Despesa. A Receita julga estar empolada, na venda de imóveis, bens e serviços. No global são oitenta e quatro milhões, se bem que haja um Orçamento paralelo no que respeita aos fundos comunitários do próximo quadro comunitário de apoio, que espera e faz votos que venham a ser conseguidos.-----

---Por outro lado a redução da Despesa Corrente é de apenas 0,7%, o que acha muito pouco.-----

---Em relação às Juntas de Freguesia diminuíram as transferências para as limpezas, na ordem dos 50%. A redução de subsídios a instituições do concelho também é um aspeto negativo.-----

---Igualmente de positivo referenciou a ajuda aos idosos carenciados, nos medicamentos, e o Fundo de Emergência Social. “Estamos num período de emergência e daí que a Câmara deva ter um papel fundamental nesta área”.-----

---Na manutenção dos Bairros Sociais parece-lhe que se deveria investir mais.-----

---Atendendo que o Turismo é o principal motor da nossa economia, a Câmara, por isso, deveria ter uma ação mais preponderante, numa cidade que vive essencialmente do turismo, o que não se vê neste Orçamento, o primeiro desta Câmara.-----

----- - Interveio de seguida o Senhor Vereador da CDU, Ênio Martins, começando por dizer que reserva para a Assembleia Municipal uma posição mais detalhada deste Orçamento.-----

---Considerou que a Câmara poderia arrecadar receitas superiores àquelas que prevê e assim reforçar a componente investimento, através da aplicação de taxas de Derrama superiores àquelas que estão contempladas na previsão do Orçamento. “A nossa proposta alargava a Derrama sobre as grandes empresas e grupos económicos, banca e seguros a uma taxa de 1,5%, a CMF aprovou uma taxa única de 0,5%”. Por outro lado disse que a CDU considera um retrocesso a redução das verbas disponibilizadas para as Juntas de freguesia e que esse facto vem contrariar o processo de descentralização de competências, processo que já foi iniciado há vários anos, embora apenas na área da limpeza, e que a CDU tem vindo a considerar como suscetível de alargamento a outras áreas de intervenção. Esta redução contraria a descentralização e configura-se num retrocesso.-----

---Relativamente ao Plano de Investimentos, embora contendo alguns projetos novos não demonstra uma rutura com políticas

seguidas ao longo de anos, pois não consagra a “inversão orçamental”, não canalizando verbas para a reabilitação urbana, para a recuperação de habitações degradadas ou de bairros sociais, para o desenvolvimento das Zonas Altas. Não estimula a economia local, através do investimento de proximidade, que permitiria a criação de emprego, uma medida que seria essencial neste período atual de grave crise económica e social.-----

---Por todas estas razões, a posição da CDU é a de abstenção na aprovação do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos.--

-----A Senhora Vice-Presidente, Filipa Jardim Fernandes, voltou a intervir, confirmando ser um facto da nova Câmara estar em funções há pouco mais de um mês. É evidente que o tempo foi muito escasso. Não deixa contudo de dizer que há elementos e quadros que deveriam constar. Mas também há o efeito PAEL, que é recente. “Iniciamos funções e de imediato, sem ainda conhecer algumas realidades, elaboramos um Orçamento. No próximo ano, teremos um orçamento diferente até com outra apresentação e detalhe”.-----

---Referiu ainda que “o Turismo foi aqui visto numa ótica daquilo que a cidade oferece e não da promoção. A Câmara vai promover uma agenda cultural mensal, para divulgar junto dos turistas os nossos eventos. Iremos trabalhar em parceria com a ACIF e outras Instituições”.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador da Coligação, Edgar Silva, e relativamente à rede social, disse que os novos programas

que agora foram criados “Câmara à Porta”, “Ajuda ao Medicamento” e “Fundo de Emergência Social”, após a constituição da Rede Social do Município, a Câmara irá passar responsabilidades para diversas instituições do concelho e dessa forma descentralizar também na área social.-----

----- - O Senhor Presidente retomou a palavra sustentando que a questão do “timing” é o que resulta da lei. O Orçamento não se vê pela qualidade e quantidade de quadros e mapas. É muito mais do que isso.-----

---Disse que a disponibilidade financeira não é o mar de rosas que o Senhor Vereador Bruno Pereira refere. A Câmara teve de recorrer ao PAEL para pagar aos seus fornecedores e empreiteiros e só isso diz alguma coisa.-----

---No que diz respeito às Juntas de Freguesia, não foram reduzidos os subsídios, mas sim as verbas que eram transferidas para os protocolos de limpeza urbana. O que a Câmara está a fazer é racionalizar os meios que tem, na referida limpeza. Se existe recursos públicos da Câmara vamos disponibilizá-los às Juntas de Freguesia.-----

---As Juntas irão ter um papel fundamental no Fundo de Emergência Social ficando assim reforçado o seu papel e a sua ação.-----

---Em relação às políticas assistencialistas, disse que não se pode abandonar as pessoas à sua sorte. “A nossa obrigação é apoiá-las, numa época extremamente complicada, em termos sociais, e não

vamos ficar por estas políticas”.-----

---Relativamente ao Orçamento paralelo que o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues mencionou, é a realidade. Estamos em transição de quadros comunitários e iremos tentar aproveitar os fundos ao máximo.-----

---Este não é um Orçamento perfeito. É o possível. “No próximo ano teremos um Orçamento que materializará as nossas ideias e as nossas opções políticas”.-----

--- - Colocada à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com votos a favor da “Mudança” e abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, aprovar a proposta de Orçamento para dois mil e catorze, no valor de € 84.250.000,00 (oitenta e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil euros), e submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do número 1 do artigo 33º e alínea a) do número 1 do artigo 25º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. (O documento fica, por fotocópia, arquivado em pasta própria).-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “O documento que agora foi apresentado e votado é genericamente um fraco orçamento, onde se consegue desde já descortinar um conjunto de falsas promessas, muito propagandeadas na comunicação social, mas sem consequências práticas. Por exemplo, esta vereação aprovou por unanimidade, há duas semanas, o denominado “Programa de Revitalização do Comércio do Funchal”, o qual, no seu ponto seis, dizia que esta vereação incluiria nas Grandes Opções do Plano e

Orçamento para 2014 projetos de requalificação de espaços e equipamentos dos Mercados Municipais dos Lavradores e da Penteada. Ora, o que se verifica é que independentemente do compromisso assumido, o investimento previsto nos mercados municipais é irrisório, apesar das grandes notícias que foram feitas. Não temos dúvidas que esta será uma imagem desta vereação da Coligação Mudança, prometer e não cumprir. São exemplos como este que nos leva a assumir o voto de abstenção, pelo que será tomada na Assembleia Municipal a posição definitiva”.

-----**Declaração de Voto do CDS/PP:** “O CDS/PP abstém-se, reservando posição definitiva para a Assembleia Municipal”.

--- - De seguida foi colocada à votação o Plano Plurianual de Investimentos – PPI, no valor de € 13,492.600,00 (treze milhões quatrocentos e noventa e dois mil e seiscentos euros), tendo a Câmara deliberado aprovar, por maioria, com votos a favor da “Mudança” e CDS/PP, abstenção do PSD e CDU, e submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do número 1 do artigo 33º e alínea a) do número 1 do artigo 25º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. (O documento fica, por fotocópia, arquivado em pasta própria).

---Pelas 14 horas, foi feito um intervalo para almoço.

---Reiniciaram-se os trabalhos às 15 horas.

2 – APOIOS/REGULAMENTOS: (Os documentos agendados sob os números 281 e 282, foram retirados e adiados para a próxima

reunião).-----

3 – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO:-----

Retificação de deliberação relativa ao IRS: -

Considerando que a deliberação da Câmara Municipal do Funchal, tomada na reunião ordinária, datada de 31 de outubro de 2013, relativamente à “Participação do Município no IRS”, saiu com inexatidão, ao abrigo do estatuído no artigo 148º do Código de Procedimento Administrativo procede-se à sua retificação nos termos seguintes: No último parágrafo, onde se lê “(...) tendo por referência os rendimentos de 2013”, deve ler-se “(...) tendo por referência os rendimentos de 2014”.-----

4 – GESTÃO FINANCEIRA:-----

Planos de pagamentos de dívidas: - Atendendo ao disposto na alínea a), do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o estatuído na alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, a Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à autorização da Assembleia Municipal os Planos de Pagamentos para regularização das dívidas do Município do Funchal aos credores, conforme especificado no quadro que constitui o anexo I da presente deliberação, bem como a aprovação do Acordo de Pagamentos a outorgar com a EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A., e a ratificação, ao abrigo do disposto no artigo 137º do Código do Procedimento Administrativo, dos acordos outorgados com a IGA e Valor

Ambiente, que constituem os anexos II, III e IV, respetivamente.----

5 – PESSOAL:-----

----- - **Reintegração de funcionário:** (O documento agendado sob o número 285, foi retirado).-----

----- - **Mapa de Pessoal para o ano de 2014:** - De acordo com o disposto no artigo três do Decreto-Lei número duzentos e nove/dois mil e nove, de três de setembro, nos números um e três do artigo cinco da Lei número doze-A/dois mil e oito, de vinte sete de fevereiro, e na alínea ccc) do número um do artigo trinta e três do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do Funchal para o ano de dois mil e catorze, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer para como anexo (A).-----

PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL BALTAZAR DIAS - ALTERAÇÃO: - Foi de novo presente à Câmara a Proposta de Regulamento em referência, a qual foi objeto de algumas alterações.-----

--- - Após votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea k), do número um do artigo trinta e três e alínea g) do número um do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Proposta de Regulamento que se junta por fotocópia à presente ata, para dela

fazer parte integrante como documento anexo (B).-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às dezassete horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretor do Departamento Administrativo, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

Ata publicitada através do Edital n° 352/13, publicada nos locais de estilo.